

FATOR DE INSOLVÊNCIA: uma análise sob os enfoques teórico e prático na empresa X

PEREIRA, Nathália Amaral ¹
COELHO, Tatiana Costa ²
SIQUEIRA, Weverton Luís ³

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de demonstrar, de forma acurada, a relevância das informações obtidas por meio da análise de demonstrações contábeis. Utilizando os índices, verificou-se como a empresa em estudo é classificada pela capacidade de cumprir com suas obrigações, se é uma empresa solvente ou insolvente. O aumento no número de empresas falidas tem se tornado um grande problema para as pequenas e médias empresas, sobretudo em épocas de crise econômica, como a que vivencia o nosso país. No entanto, é possível alterar tal situação se os empreendedores adotarem as ferramentas acessíveis através da contabilidade, como os índices e o termômetro de Kanitz, que são instrumentos eficientes na busca da realidade financeira da organização, auxiliando na tomada de decisão e evitando uma possível situação de insolvência. O trabalho foi realizado em uma loja de venda de material de construção civil da cidade de São Geraldo-MG, onde as informações necessárias para o estudo foram obtidas por meio das demonstrações contábeis de 3 períodos: o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. Todas as análises foram realizadas com o intuito de verificar a condição de solvência da empresa em estudo.

¹ E-mail: nathpereira@outlook.com

² E-mail: tatiana.coelho@fagoc.br

³ E-mail: werverton.siqueira@fagoc.br



Palavras-chave: Demonstrações contábeis. Análise financeira. Solvência.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, a contabilidade é utilizada como ferramenta de registro de bens. Com a grande evolução de técnicas, a modernização e a brevidade das informações, é necessário ser cada vez mais eficiente, através das demonstrações contábeis. As empresas desenvolvem suas atividades mesclando ações de decisões sobre o futuro e por isso é necessário dispor de uma base de dados altamente concretos, seguros e confiáveis, para que sobre eles se estabeleçam suas estratégias. A contabilidade destaca-se como uma fonte precisa de informações, porém é necessário saber interpretá-las.

A economia brasileira encontra-se em recessão, e esse cenário faz com que as empresas busquem que seus gestores conheçam a real situação de sua organização através de informações seguras e que demonstrem de forma detalhada a sua saúde financeira. Com o grande aumento da concorrência, as empresas têm buscado por mais informações contábeis e financeiras a fim de detectar problemas e solucioná-los antes que se tornem mais graves, o que pode ocasionar a falência.

Quando as demonstrações contábeis são analisadas, deixam de ser apenas dados e ganham

valor como informação. Essas informações são analisadas por possíveis investidores, ao avaliar se é vantajoso ou não investir capital na empresa; por bancos, ao avaliar se a entidade oferece bom retorno para seus empréstimos e financiamentos; e pelo governo, em seus vários níveis. Ademais, auxiliam os gestores nas tomadas de decisões, tendo como base o diagnóstico econômico-financeiro da empresa.

Este trabalho apresenta conceitos e aplicações das técnicas utilizadas na Análise das Demonstrações Contábeis. Tem como objetivo analisar a situação financeira da empresa, destacando pontos relevantes e possíveis deficiências que possam ser sanadas a fim de evitar problemas futuros, principalmente através do termômetro de insolvência da empresa, desenvolvido por Stephen C. Kanitz, como forma de prever a falência.

REFERENCIAL TEÓRICO

Demonstrações contábeis

Com a evolução da contabilidade, seus mecanismos foram melhorados com o objetivo de fornecer informações necessárias para auxiliar na tomada de decisões. Uma dessas ferramentas fundamentais muito utilizadas atualmente é a análise das demonstrações contábeis.

Com a evolução da contabilidade, seus mecanismos foram melhorados com o objetivo de fornecer informações necessárias para auxiliar na tomada de decisões. Uma dessas ferramentas fundamentais muito utilizadas atualmente é a análise das demonstrações contábeis.

Assim, é imprescindível que os profissionais da área contábil e os gestores das empresas saibam analisar as demonstrações, pois estas são geradoras de informações valiosas.

De posse dos demonstrativos contábeis, tomaremos conhecimento dos resultados

obtidos e de vários outros dados da empresa. Por fim, através de uma análise econômico-financeira das informações, chegaremos às conclusões mais consistentes sobre o real desempenho da empresa [...] (ASSAF NETO, 1981, p. 28).

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Lei nº 6.404 de 1976, alterada pela Lei nº 11.638 de 2007, as demonstrações obrigatórias são:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa para empresas com patrimônio líquido superior a R\$2.000.000,00 na data do balanço;
- Demonstração do valor adicionado, se a companhia for aberta.

Ainda de acordo com a Lei 6.404/76, as demonstrações deverão ser acompanhadas de notas explicativas e elaboradas no final de cada exercício social.

Serão abordados neste trabalho o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício, por serem as principais demonstrações analisadas.

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem como objetivo demonstrar a situação financeira e patrimonial de uma entidade em determinado período, apresentando, portanto, uma posição estratificada. Desse modo, é a principal demonstração contábil.

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2010, p. 6), o balanço é composto por três elementos básicos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. O Ativo compreende as aplicações de recursos, normalmente em bens e direitos; o Passivo compreende as exigibilidades e

obrigações; e o Patrimônio Líquido representa a diferença entre o ativo e passivo, ou seja, o valor líquido da empresa.

Ativo

O Ativo de uma empresa é composto por bens e direitos, ou seja, tudo o que a empresa possui de propriedades em seu domínio.

De acordo Matarazzo (2003 citado por LANA, 2010), bens demonstrados no ativo devem ser comprovados com documentos, com exceção as despesas antecipadas e as diferidas, que representam investimentos de benefício a exercícios futuros.

Os recursos aplicados na empresa e alocados no Ativo são distribuídos em dois grupos: Ativo Circulante e Ativo Não Circulante. O primeiro representa contas que estão no giro constante e sua conversão monetária se dá em até 12 meses, ou seja, de curto prazo. Conforme Tófoli (2008), as contas do Ativo Circulante podem ser agrupadas nos subgrupos:

- Disponibilidades: representam as contas de disponibilidade imediata, ou seja, as contas que possuem o maior grau de liquidez do Ativo. São recursos disponíveis em caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, que podem ser facilmente convertidos em dinheiro.
- Direito realizável de curto prazo: são as contas que representam os recursos aplicados em direitos pela empresa que poderão ser convertidos em dinheiro no prazo de 12 meses. São exemplos: vendas a prazo para clientes e os valores a receber referentes a transações realizadas pela entidade (impostos a recuperar, títulos e valores mobiliários, desconto de duplicatas, provisão para devedores duvidosos, e entre outras contas a receber).
- Estoques: são bens agrupados de acordo com sua finalidade, tais como mercadoria para revenda, produtos em elaboração, produtos acabados e matéria-prima.
- Despesas antecipadas: esse grupo é

composto por recursos aplicados em itens que se converterão em benefícios ou serviços no exercício seguinte, ou seja, despesas ainda não ocorridas.

No Ativo Não Circulante, agrupam-se contas que, segundo Tófoli (2008), só serão convertidas em dinheiro após o término do exercício seguinte ou até o fim do ciclo operacional, caso seja um prazo maior que 12 meses.

De acordo com Tófoli (2008), as contas do Ativo Não Circulante se agrupam em:

- Ativo Realizável de longo prazo: são as contas que representam os direitos da entidade que serão convertidos em dinheiro após o término do exercício seguinte;
- Investimentos: são as contas que são destinadas especificamente às manutenções operacionais da empresa ou negociação, porém, referem-se à participação acionária em controladas e coligadas, terrenos, obras de arte, e outros ativos com finalidades não destinadas aos fins operacionais; marcas e patentes. Porém, após a alteração da lei nº 11.941/2009, marcas e patentes passaram a ser classificados como intangíveis.
- Imobilizado: sua composição são bens como edifícios, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e ferramentas necessários à manutenção das atividades da empresa;
- Intangível: são despesas incorridas em um exercício que se estenderão por mais de um exercício social, como pesquisas e desenvolvimento, gastos de reorganização.

Passivo

O Passivo compreende as contas de obrigações, tanto a longo e curto prazo, podendo-se assim afirmar que é o capital que a empresa possui pertencente a terceiros. Segundo Matarazzo (1992), o passivo exigível e o patrimônio líquido mostram a origem dos recursos que estão sendo aplicados no ativo.

Os recursos do passivo são classificados em Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.

Segundo Oliveira (2002), “todas as contas representativas de exigibilidade, com prazo de maturação de até um ano, serão agrupadas no circulante”.

Conforme Tófoli (2008), as contas do Passivo Circulante podem ser agrupadas nos subgrupos:

- Empréstimos e financiamentos: são as contas referentes a financiamentos bancários e títulos a pagar, com prazo de até 12 meses;
- Fornecedores: são referentes às compras realizadas a prazo pela empresa;
- Obrigações fiscais: são os impostos a recolher como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto de Renda, entre outros;
- Outras obrigações: referem-se a Salários a pagar, Adiantamento de clientes, Encargos Sociais;
- Provisões: são encargos e riscos que não têm datas de pagamentos fixadas ou com valores não conhecidos com exatidão, mas que são calculáveis, mesmo que por estimativa, como, por exemplo: provisão com perdas, provisão de férias, dividendos propostos entre outros.

No Passivo Não Circulante, estão contidas as obrigações da entidade cujo vencimento é maior que 12 meses, ou seja, seu vencimento é de longo prazo. São exemplos as contas de empréstimos e financiamentos, debêntures a pagar, entre outros (TÓFOLI, 2008).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido pode se originar dos recursos investidos na empresa pelos sócios, ou seja, pelo capital inicial, ou pelos lucros gerados pela empresa. Os recursos representam o capital mais lucros e reserva de lucros, ou seja, seus rendimentos.

Segundo Hoji (2004), o patrimônio líquido é constituído pelos seguintes subgrupos:

- Capital Social: que representa os valores investidos na empresa, por sócios e acionistas, ou capitais gerados pela própria empresa, que não foram distribuídos como dividendos.
- Reservas de Capital: são os valores recebidos pela entidade que não são exigíveis nem são receitas, como por exemplo: ágio em ação e valorização de capital, podendo ser usada para absorção de prejuízos ou aumento do Capital Social.
- Reserva de Lucro: são contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da companhia para atender finalidade específica. É composta por Reserva Legal (5% do lucro, limitado a 20% do capital); Reservas Estatutárias, que são constituídas de acordo com o estatuto da empresa; Reservas para Contingência, que têm a finalidade de compensar alguma perda ou prejuízo futuro; Reservas para Expansão, que são destinadas a financiar investimentos planejados; e Reservas de Lucros a Realizar, que são lucros já contabilizados, mas ainda não realizados financeiramente, com realização prevista para longo prazo;
- Lucros ou prejuízos acumulados: são resultados pertencentes a determinado exercício que se acumulam com os resultados referentes a outros exercícios sociais, também não apropriados. Quando o prejuízo for maior que os lucros acumulados, seu saldo ficará negativo.

Demonstração do resultado do exercício

De acordo com Matarazzo (2003 p.45), a demonstração do resultado do exercício demonstra os aumentos e deduções causadas no Patrimônio Líquido, pelas operações efetuadas pela empresa. As receitas normalmente representam o aumento do ativo, através do ingresso de novos elementos como duplicatas e dinheiro provenientes de transações realizadas. O Patrimônio líquido aumenta quando há aumento de Ativo. E as despesas representam redução do patrimônio líquido, por redução do passivo ou por aumento do Passivo Exigível.

A Demonstração de Resultado do exercício demonstra o resultado econômico da empresa do período em análise.

A demonstração de resultados do exercício visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultado de receitas, custos e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, ou seja, independentemente de que tenham sido esses valores pagos ou recebidos. (ASSAF NETO, 2006, p. 84.)

De acordo com Iudicibus, Martins e Gelbecke (2010), a “Demonstração do Resultado do Exercício deve ser apresentada na forma dedutiva, com os detalhes necessários das receitas, despesas, ganhos e perdas e definindo claramente o lucro ou prejuízo líquido do exercício”.

A importância da análise financeira

Tão antiga quanto a própria contabilidade, a análise financeira, também conhecida como análise das demonstrações contábeis, vem sendo realizada há muito tempo. Conforme Padoveze (2008), a análise financeira de uma empresa se tornou um dos instrumentos mais importantes no processo de gerenciamento de uma empresa, pois constitui um processo de estudo dos demonstrativos contábeis.

Assaf Neto (2008) afirma que os resultados obtidos pela análise das demonstrações contábeis são estudados a fim de obter maior entendimento das causas que determinaram a evolução e as projeções futuras para a empresa. Portanto, a análise financeira depende fundamentalmente da qualidade das informações contábeis (exatidão dos valores registrados e princípios contábeis adotados) e da quantidade de informações disponíveis.

Os principais usuários das análises das

demonstrações contábeis são os gestores da empresa, acionistas, fornecedores, concorrentes, órgãos públicos e instituições financeiras, cada um com uma direção de acordo com suas necessidades.

A análise das demonstrações contábeis de uma empresa pode atender a diferentes objetivos consoantes os interesses de seus vários usuários ou pessoas físicas ou jurídicas que apresentam algum tipo de relacionamento com a empresa. Nesse processo de avaliação, cada usuário procurará detalhes específicos e conclusões próprias e, muitas vezes, não coincidentes. (ASSAF NETO, 2008, p. 60).

Pode-se entender que as técnicas de análises financeiras são de grande importância para a percepção da situação de outras empresas, no entanto, a mais importante aplicação é sua utilização interna na empresa (PADOVEZE, 2004 p. 191).

Segundo Padoveze (2008):

A avaliação sobre a empresa tem por finalidade detectar os pontos fortes e os pontos fracos do processo operacional e financeiro da companhia, objetivando propor alternativas de curso futuro a serem tomadas e seguidas pelos gestores da empresa. (p. 190).

Análise das Demonstrações Contábeis

De acordo com Hoji (2014), “a análise de balanços é feita, basicamente, com os dados do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício”.

Tal análise se estabelece em um processo de estudo sobre os demonstrativos contábeis, com o objetivo de avaliar a situação da empresa segundo suas perspectivas operacionais, econômicas, patrimoniais, e financeiras (PADOVEZE, 2004, p. 192).

Ainda segundo Padoveze:

Buscando auxiliar no processo de avaliação patrimonial e do desempenho da companhia, o analista vale-se de uma série de cálculos matemáticos traduzindo os demonstrativos contábeis em indicadores de análise de balanço. (2004, p. 201).

Procedimentos preliminares

Em concordância com Hoji (2014), ao se iniciar a análise de balanços, primeiramente devem ser aplicados procedimentos básicos sobre as demonstrações contábeis, para que não haja distorções significativas.

A reclassificação das demonstrações contábeis deve ser o primeiro procedimento adotado, as contas do balanço patrimonial devem ser separadas em operacionais e não operacionais, de acordo com a natureza de suas atividades (HOJI, 2014, p. 279).

Análise por índices

Este é o processo mais aplicado pelos analistas de balanço, pois fornece uma perspectiva geral da situação econômica e financeira da empresa.

Padoveze (2004) afirma que os indicadores econômico-financeiros da empresa são os fundamentos que tradicionalmente constituem o conceito de análise de balanço. Ainda em concordância com o autor, os índices “são cálculos matemáticos efetuados a partir do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, procurando números que ajudem no processo de clarificação do entendimento da situação da empresa”.

Análise dos índices fornece uma ampla visão da situação econômica, financeira e patrimonial da empresa, as análises devem ser realizadas através da construção de série histórica com os números encontrados, os quais são apurados através da relação entre contas ou grupos de contas que integram as demonstrações contábeis. (SILVA, 2010, p. 125)

De acordo com Padoveze (2004), basicamente, o objetivo dos indicadores econômicos é evidenciar a atual posição da empresa, ao mesmo tempo em que tentam compreender o que pode suceder no seu futuro.

Segundo Matarazzo (2003), os índices são a relação entre contas ou grupos de contas das Demonstrações financeiras que têm por objetivo evidenciar determinada situação da área econômica ou financeira de uma empresa.

Marion (2006) descreve: “Os índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas, facilitam sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou de percentuais é mais significativa que a observação de montantes”.

Os índices de capital e liquidez evidenciam a situação financeira da empresa, enquanto a situação econômica é ressaltada através dos índices de rentabilidade.

Índices de estrutura de capital

Buscam demonstrar, na estrutura patrimonial, a captação e aplicação de recursos. Eles mostram através de cálculos feitos com informações obtidas no Balanço Patrimonial, a proporção entre capital próprio e capital de terceiros.

Os índices de estrutura de capital são utilizados para analisar as aplicações do capital de longo prazo e estrutura de capital. Os índices são calculados relacionando fontes de capitais entre si e com os ativos de natureza permanente. Indicam o grau de dependência da empresa com relação de capital de terceiros e nível de imobilização do capital. (HOJI, 2014 p. 288)

Podemos dividir os índices de estrutura de capital da seguinte forma:

- Índices de garantia de capital de terceiros ou Participação de capital de terceiros: avaliam o grau de dependência da empresa em relação a recursos de terceiros. (bancos, governos, funcionários, etc.);

- Índices de capital próprio: avaliam o grau de dependência da empresa na obtenção de capital próprio (acionistas, sócios, geração de lucro pela empresa).
- Índices de imobilização de capital: avaliam o grau de imobilização, ou seja, capital parado, dos recursos da empresa.

Índices de garantia de capital de terceiros

A estrutura de capital evidencia os resultados de decisões financeiras em relação à obtenção e aplicação de recursos. Os principais índices de garantia de capital de terceiros são: Índice de participação de capital de terceiros; e Índice de composição de endividamento.

Índice de participação de capital de terceiros

Segundo Silva (2010), o capital de terceiros constitui-se da soma do passivo circulante e o passivo exigível em longo prazo, assim representando o endividamento da empresa.

Matarazzo (2003) afirma que pode ser proveitoso para a empresa trabalhar com capital de terceiros, contanto que o lucro obtido em sua aplicação nos negócios seja maior que a remuneração paga a terceiros.

Em concordância com Silva (2010), a perspectiva financeira pode ser preocupante, pois retrata uma menor liberdade das decisões financeiras da empresa ou uma maior subordinação para com terceiros.

Este índice vem demonstrar o percentual de Capital de terceiros em relação ao Patrimônio Líquido, apresentando o grau de dependência da empresa para com recursos externos.

$$IPCT = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}} \times 100$$

O índice de participação de capital de terceiros indica a relação de quanto a empresa possui de capital externo para seu capital próprio. Quanto menor for o valor desse índice, melhor é a situação da empresa.

Índices de composição de endividamento

Em conformidade com Silva (2010), é possível mensurar, através dessa análise, o volume de dívidas que a empresa possui com vencimento em curto prazo em relação à dívida total.

Esse índice tem como finalidade comparar os recursos do Passivo Circulante (obrigações em curto prazo) com os recursos de Capital de Terceiros (obrigações em longo prazo).

$$CE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{CAPITAL DE TERCEIROS}} \times 100$$

Quanto menor for esse índice, maiores serão os prazos que a empresa terá para cumprir suas obrigações. O ideal é que esse índice esteja abaixo de 50%, pois assim demonstrará que as dívidas em longo prazo representam maior parte.

Índice de imobilização do Patrimônio Líquido

O índice de imobilização do Patrimônio Líquido determina quanto do Ativo Permanente da empresa é custeado pelo Patrimônio Líquido, assim demonstrando maior ou menor dependência de recursos externos.

De acordo com Assaf Neto (2008, p. 124), “[...] esse índice revela a porcentagem dos recursos passivos em longo prazo que se encontram imobilizados em itens ativos, ou seja, aplicados no ativo permanente”.

$$IIPL = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Quanto maior for o investimento da empresa no Ativo permanente, menos recursos próprios ficarão no Ativo Circulante, fazendo, consequentemente, com que a empresa tenha maior dependência de capital de terceiros para o custeio do Ativo Circulante. Sendo assim, quanto menor for o resultado desse índice, melhor para a empresa (TÓFOLI, 2008).

Índices de liquidez

Os índices de liquidez são o indicador que avalia a capacidade financeira da empresa de cumprir suas obrigações com terceiros. Segundo Matarazzo:

Os índices de liquidez não são índices extraídos do fluxo de caixa que comparam as entradas com as saídas de dinheiro. São índices que, a partir do confronto dos Ativos Circulantes com as Dívidas, procuraram medir quão sólida é a base financeira de uma empresa. Uma empresa com bons índices de liquidez tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não está, obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis como prazo, renovações de dívidas, etc. (2003, p. 164).

Comumente, considera-se que quanto maior for a liquidez da empresa, melhor será a situação financeira dela. No entanto, um alto índice de liquidez não representa, obrigatoriamente, uma boa situação financeira.

Os índices mais aplicados em análise são: liquidez imediata, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez geral.

Índice de liquidez imediata

O índice de liquidez imediata - ILI verifica quanto a empresa dispõe de recursos imediatos (caixa, banco e aplicações de liquidez imediata) para saldar suas dívidas de curto prazo.

De acordo com Assaf Neto (2008), o ILI “[...] reflete a porcentagem das dívidas de curto prazo (PC) que podem ser saldadas imediatamente pela empresa, por suas disponibilidades de caixa”.

Sua fórmula para cálculo:

$$ILI = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Quanto maior for o valor desse índice, melhor é para empresa.

Índices de liquidez corrente

De acordo com Hoji (2014), “esse é considerado como o melhor indicador da capacidade de pagamento da empresa”. É um dos indicadores mais utilizados em análises, pois demonstra quanto a empresa poderá converter em recursos de curto prazo (disponibilidades, clientes, estoques, etc.) para saldar suas dívidas também de curto prazo.

Tófoli (2008) afirma que esse índice “mostra a relação direta entre os bens e direitos de curto e as obrigações também de curto prazo. É a relação entre grupos patrimoniais do Ativo Circulante e Passivo Circulante”.

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Em concordância com Assaf Neto (2008), a liquidez corrente representa quanto há no Ativo circulante para cada R\$ 1,00 de obrigações em curto prazo. Quanto maior a liquidez, mais elevada é a capacidade da entidade de financiar sua necessidade de capital de giro, ou seja, quanto maior for o índice de liquidez corrente melhor para a empresa.

Índice de liquidez seca

Esse índice demonstra quanto a empresa possui disponível para pagar suas dívidas, sem considerar os estoques que são considerados componente menos líquido do Ativo Circulante.

$$ILS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

“[...] esse índice indica, o percentual das dívidas de curto prazo que pode ser resgatado mediante o uso de ativos circulantes de maior liquidez” (Assaf Neto 2008, p.120).

Tófoli (2008) afirma que a possibilidade de se excluir o estoque está ligada ao fato de

que a transformação em dinheiro dos haveres estocados, na maioria das vezes, leva mais tempo. Portanto, quanto maior for este índice, melhor é para a empresa.

Índice de liquidez geral

O índice de liquidez geral, ou também chamado de índice de solvência geral, demonstra a capacidade de pagamento da empresa de todo seu passivo exigível.

Padoveze (2008) descreve: “[...] também objetiva a capacidade de pagamento, agora analisando as condições totais de saldos a receber e a realizar contra os valores a pagar, considerando tanto os resultados financeiros de curto como os de longo prazo”.

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável em longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Segundo Assaf Neto (2006), a liquidez geral mostra tanto a liquidez a curto como também de longo prazo. O quanto há de bens e direito no Ativo Circulante e no realizável de longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida.

Portanto, quanto maior for o índice de liquidez geral, melhor é para a empresa.

Índices de rentabilidade

Os índices de rentabilidade têm como objetivo avaliar o desempenho final da empresa, ou seja, procura evidenciar o resultado das operações realizadas por uma entidade. Esses índices são os mais observados pelos gestores, investidores e o mercado na sua generalidade.

Todo empresário ou investidor espera que o capital investido seja adequadamente remunerado e, por outro lado, os financiadores ou fornecedores de capital desejam ter a certeza de que financiamento capaz de gerar lucro suficiente para remunerar seus ativos e ainda honrar os financiamentos. (SILVA, 2010, p. 143).

Ao se aplicar os índices de rentabilidade, é indispensável que a verificação do lucro relacione valores que expressam a grandeza desses lucros dentro das atividades da empresa.

Gitman (2004) afirma que há inúmeras medições da rentabilidade. Essas medições permitem a análise do lucro da empresa relacionando-os a certo volume de vendas, nível de ativo ou ao volume de capital investido pelos proprietários. Os gestores, credores, proprietários preocupam-se com o aumento da lucratividade da organização, tendo em vista que é de grande relevância para o mercado. Afinal, sem lucros uma empresa não consegue atrair capital externo.

Rentabilidade do Patrimônio líquido

Este índice demonstra o retorno que os investidores da empresa estão obtendo, em termos de recursos financeiros, em relação ao capital inicial investido na organização.

“Esse índice mede o retorno obtido no investimento do capital dos acionistas ordinários da empresa. Em geral, quanto mais alto, melhor para os acionistas” (GITMAN, 2004, p. 55).

$$RPL = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

A Rentabilidade de Patrimônio Líquido demonstra quanto a empresa obteve de lucro para cada R\$1,00 de capital investido. Portanto, quanto maior for esse valor, melhor será para os sócios.

Rentabilidade do Ativo

A rentabilidade do Ativo, denominada também de Retorno de Investimentos, avalia a eficácia dos gestores de uma organização em relação à geração de lucros com ativos disponíveis.

Segundo Matarazzo (2003), a rentabilidade do Ativo demonstra quanto uma empresa obteve de lucro líquido em relação ao seu Ativo. É uma medida do potencial de geração de lucros de uma

organização.

$$RA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Esse índice representa quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 1,00 de investimento total médio. Sendo assim, quanto maior o valor do índice, melhor para a empresa.

Rentabilidade Bruta ou Margem Bruta

De acordo com Tófoli (2008), a margem bruta demonstra qual o percentual de lucro bruto em relação às vendas líquidas.

Esse indicador revela o percentual restante da receita líquida após a dedução da despesa das mercadorias vendidas para pagar as despesas operacionais; há ainda a possibilidade de gerar lucro.

$$RB = \frac{\text{Resultado Bruto}}{\text{Receita Operacional Líquida}} \times 100$$

Quanto maior for o resultado, melhor será para a empresa.

Rentabilidade operacional ou margem operacional

Em concordância com Tófoli (2008), indica qual o percentual de lucro operacional sobre as vendas líquidas deduzidas das despesas operacionais e custo de mercadoria vendida.

$$RO = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Receita Operacional Líquida}} \times 100$$

Este índice estuda o ganho operacional da organização em relação à sua receita e revela a eficiência operacional da empresa. Portanto, quanto maior o resultado deste índice, melhor será para a empresa.

Rentabilidade líquida ou margem líquida

Tófoli (2008) afirma que a margem líquida revela o percentual do lucro líquido em relação às vendas líquidas do período em análise.

$$RL = \frac{\text{Lucro do Exercício}}{\text{Receita Operacional Líquida}} \times 100$$

Este indicador demonstra o retorno líquido da entidade sobre seu faturamento total, sem deduções do custo de mercadoria vendida e despesas operacionais, como na margem operacional. Quanto maior o resultado do índice, melhor será para a empresa.

Giro do ativo

Conforme Tófoli (2008, p.52): “Esse índice expressa quantas vezes, em média, o Ativo Total se renovou pelas vendas; indica a eficácia com a qual a empresa usa seus ativos para gerar vendas. Compreende a relação entre as vendas líquidas e o Ativo Total”.

$$GA = \frac{\text{Receita Operacional Líquida}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Esse índice demonstra se a rotação do faturamento do período foi suficiente para avaliar o investimento feito no Ativo. Assim, esse índice é de suma importância, pois as empresas investem capital a fim de obter um bom retorno. Por isso, quanto maior for o giro do Ativo, melhor é para a empresa.

Taxa de retorno sobre investimentos

Segundo Marion (2006, p.164), “retorno é o lucro obtido pela empresa e Investimento é toda aplicação realizada pela empresa com o objetivo de obter Lucro (retorno). As aplicações estão evidenciadas no Ativo. Assim, as aplicações da empresa se demonstram nos Disponíveis, Estoques, Imobilizado e Investimentos”.

Hoji (2014) afirma que muitos analistas acreditam que o retorno sobre investimento (ROI) seja o melhor indicador de eficiência operacional. No entanto, esse indicador possui limitações e deve ser aplicado em conjunto com outros índices.

TRI = Rentabilidade líquida x Giro do Ativo

A rentabilidade de uma organização é alcançada por meio de uma boa harmonização entre preço e quantidade, ou seja, entre margem (lucratividade) e giro (produtividade).

Análise de Insolvência

Em conformidade com Silva (2010), o nível de insolvência de cada empresa pode definir-se como a incapacidade para pagar suas obrigações financeiras até seu vencimento, assim como quando o valor de seus ativos for menor que o valor de seu passivo.

Atualmente, a insuficiência das ferramentas necessárias para prever a insolvência lesa muitas organizações; desse modo, Kanitz (1974) afirma que “os sintomas de que uma empresa está a caminho da falência ou concordata podem ser notados muito antes que ocorra o desenlace”.

Assim, fica evidente que a forma de solucionar esse embate está nos modelos de previsão, pois possibilitam a descoberta do problema antes que a situação seja irreversível.

Termômetro de Kanitz

O professor Stephen Charles Kanitz, em seu artigo “Como Prever Falências”, publicado em 1974 pela Revista Exame, foi um dos primeiros a realizar estudos sobre análise de risco de crédito. Assim, criou um sistema matemático que passou a ser utilizado como instrumento de análise pelas instituições financeiras em atividades como abertura de créditos. Essa ferramenta ficou conhecida como Termômetro Kanitz.

Kanitz deu continuidade aos estudos e, em 1976, procurou averiguar a possibilidade de se prever a falência de uma organização através das análises das demonstrações contábeis com o objetivo de constatar os melhores índices para prevenção de insolvência. Esse estudo feito pelo Professor Kanitz conclui que a posição da empresa pode ser mais significativa que o valor dos indicadores e que a análise dos demonstrativos gera resultados relevantes para a previsão de crise financeira. Dando prosseguimento ao estudo, em 1978 publica seu termômetro final de previsão de falências, o qual é indicado pela seguinte equação:

$$K = 0,05 x1 + 1,65 x2 + 3,55 x3 - 1,06 x4 - 0,33 x5$$

Onde:

K= pontuação obtida

X1= índice de retorno do patrimônio líquido

X2= índice de liquidez geral

X3= índice de liquidez seca

X4= índice de liquidez corrente

X5= índice de participação de capital de terceiros

Na visão de Braga (2003), o termômetro de Kanitz é elaborado em duas partes. Na primeira, encontra-se o fator de insolvência da empresa a ser analisada, subsequente a uma análise estatística de cinco índices.

De acordo com Braga (2003), “na segunda parte após a aplicação dos índices, é analisado em qual intervalo enquadra-se o Fator de Insolvência no termômetro de Kanitz, de acordo com as três seguintes configurações”.

ANÁLISE DE RESULTADOS

A empresa

A direção da empresa não autorizou a publicação do nome neste trabalho. Então, optou-se por utilizar um nome fictício para a

empresa, que será denominada de Empresa X. O objeto deste estudo é uma das maiores lojas de venda de material para construção civil da região. Desde 2005, atua no ramo e possui grande renome consolidado através dos anos entre as empresas do mesmo segmento. A administração da empresa busca sempre inovar e capacitar os 34 funcionários que trabalham atualmente. A empresa X foi por 2 anos seguidos premiada como destaque no ramo em que atua.

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA APLICAÇÃO DA TÉCNICA DE KANITZ

A técnica de análise de insolvência de uma empresa ocorre através da análise estatística de cinco índices financeiros: índice de rentabilidade do patrimônio, índice de liquidez geral, índice de liquidez corrente, índice de liquidez seca e índice de participação de capital de terceiros.

Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Este índice demonstra a análise para investidores e gestores, o percentual auferido em relação ao Lucro ou Prejuízo líquido em relação ao capital investido inicialmente na organização. É representada pela seguinte fórmula:

$$IRPL = \frac{LUCRO\ LÍQUIDO}{PATRIMONIO\ LÍQUIDO} \times 100$$

O índice de rentabilidade de patrimônio líquido apresentado pela empresa teve uma queda de 1,43% no ano de 2014, em relação ao ano anterior; e no ano de 2015, obteve também um decréscimo de 1,59%, se comparado ao ano de 2014. Esse resultado evidencia que a empresa em análise está apresentando um bom retorno de investimentos aos acionistas, tendo em vista a baixa nos índices.

A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos por meio da aplicação do índice referente

aos anos 2013, 2014 e 2015:

Tabela 1 - Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido

IRPL	2013	2014	2015
PERCENTUAL	22,57	21,14	19,55

Fonte: dados da pesquisa

Índice de Liquidez Geral

Este índice indica a liquidez da empresa tanto em curto quanto em longo prazo, revelando, assim, qual a real capacidade de pagamento ao relacionar seus bens e direitos de curto e longo prazo com os valores a serem pagos, também tanto em curto quanto em longo prazo. É representado pela fórmula:

$$ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZAVEL\ EM\ LONGO\ PRAZO}{PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE}$$

Nota-se uma diminuição de liquidez durante o período analisado, com maior relevância no ano de 2014, no qual houve um decréscimo de 1 ponto percentual em relação ao ano anterior. Demonstra-se, desse modo, que a empresa foi diminuindo sua capacidade de pagamento no período em análise.

Na Tabela 2, estão representados os valores dos anos de 2013, 2014 e 2015.

Tabela 2 - Índice de Liquidez Geral

ILG	2013	2014	2015
PERCENTUAL	3,69	2,69	2,37

Fonte: dados da pesquisa.

Índice de Liquidez Seca

Tem como função demonstrar a capacidade da empresa de saldar suas dividas em curto prazo, desconsiderando o valor do estoque.

$$ILS = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE - ESTOQUES}{PASSIVO\ CIRCULANTE}$$

Através do resultado desse índice, é possível perceber que a empresa, nos anos de 2013 a 2015, tem condições de arcar com suas obrigações em curto prazo, desconsiderando os valores dos estoques, que são considerados os componentes menos líquidos do Ativo Circulante. Avaliando o índice de liquidez seca, observa-se que a empresa manteve quase que constante seu índice, com variações baixas entre os anos analisados.

Na tabela a seguir, estão os valores dos índices referentes a 2013, 2014 e 2015:

Tabela 3 - Índice de Liquidez Seca

ILS	2013	2014	2015
INDICES	2,14	2,24	2,42

Fonte: dados da pesquisa.

Índice de Liquidez Corrente

Este indicador demonstra o quanto a empresa possui de bens conversíveis em caixa, ou seja, recursos de curto prazo, para saldar suas dívidas também em curto prazo.

$$ILC = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE}{PASSIVO\ CIRCULANTE}$$

De 2013 a 2015, nota-se uma pequena variação no valor do índice de liquidez corrente da empresa em análise, porém sempre se mantendo com um indicador considerado bom para a organização. Desse modo, percebe-se que o crescimento do ativo esteve sempre maior que o do passivo, demonstrando que os recursos da empresa em curto prazo mostram-se suficientes para liquidar as obrigações também em curto prazo.

Na tabela a seguir, estão representados os

índices referentes a 2013, 2014 e 2015:

Tabela 4 - Índice de Liquidez Corrente

ILC	2013	2014	2015
PERCENTUAL	3,74	3,64	3,72

Fonte: dados da pesquisa.

Índice de Participação de Capital de Terceiros

Este índice demonstra a dependência de capital externo da organização, através da demonstração do percentual do capital de terceiros em relação ao patrimônio líquido.

$$IPCT = \frac{PASSIVO\ CIRCULANTE + EXIGIVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{PATRIMONIO\ LIQUIDO} \times 100$$

É possível notar que houve um aumento contínuo deste índice, de 5,96 pontos percentuais durante os anos analisados, ao longo dos três anos. Representa, pois, o aumento de utilização de capital externo pela empresa. Porém, a organização ainda possui um bom equilíbrio entre capital externo e próprio, considerando que o maior índice que representa o ano de 2015 chegou a 32,6% do capital aplicado na empresa sendo capital de terceiros.

Na Tabela 5, estão os valores referentes aos anos de 2013, 2014 e 2015:

Tabela 5 - Índice de Participação de Capital de Terceiros

IPCT	2013	2014	2015
PERCENTUAL	26,64	31,45	32,6

Fonte: dados da pesquisa.

ANÁLISE DE INSOLVÊNCIA

A análise de insolvência de uma empresa se dá através de duas etapas. A primeira é a análise estatística de cinco índices em que se encontra o fator de insolvência através da fórmula:

$$K = 0,05x1 + 1,65x2 + 3,55x3 - 1,06x4 - 0,33x5$$

Onde:

K= pontuação obtida

X1= índice de retorno do patrimônio líquido

X2= índice de liquidez geral

X3= índice de liquidez seca

X4= índice de liquidez corrente

X5= índice de participação de capital de terceiros

A Tabela 6, abaixo, demonstra a análise de Kanitz de 2013.

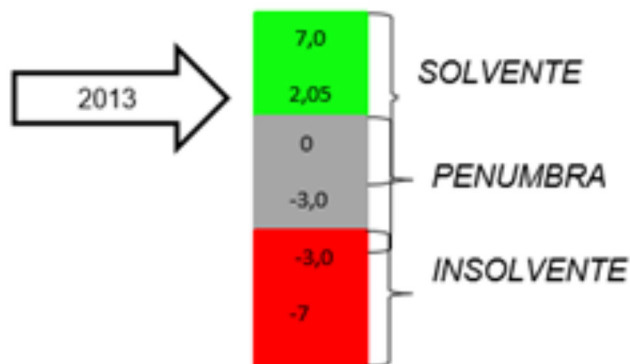
Tabela 6 - Termômetro de Kanitz 2013

Análise estatística dos índices do ano de 2013
$K = 0,05(22,57) + 1,65(3,69) + 3,55(2,14) - 1,06(3,74) - 0,33(26,64)$
$K = 2,0584$

Fonte: dados da pesquisa.

A empresa, no ano de 2013, encontrava-se em uma situação de solvência, com o fator 2,0584, influenciado principalmente pela baixa subordinação da empresa ao capital externo e pela boa liquidez apresentada no ano em questão.

Figura 1 - Termômetro de Kanitz



Adaptada pelos autores.

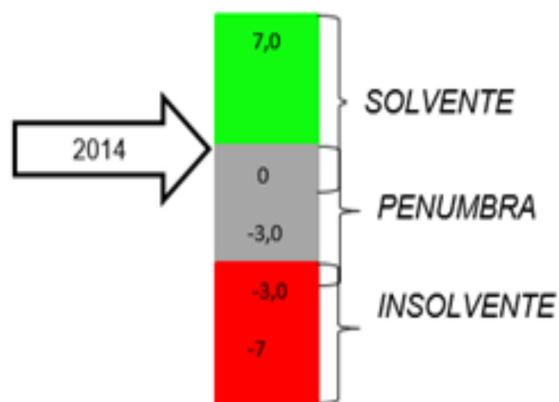
Tabela 7 - Termômetro de Kanitz 2013

Análise estatística dos índices do ano de 2014
$K = 0,05(21,14) + 1,65(2,69) + 3,55(2,24) - 1,06(3,64) - 0,33(31,45)$
$K = 0,7$

Fonte: dados da pesquisa.

No ano de 2014, apesar de a empresa ainda estar com um fator que a enquadra como solvente, em relação ao ano de 2013 houve uma queda na sua pontuação, e isso ocorreu principalmente pelo aumento na utilização de capital externo, pelo aumento na conta Fornecedores, que tem grande representatividade em seu Passivo Circulante.

Figura 2 - Termômetro de Kanitz



Fonte: Adaptada pelos autores.

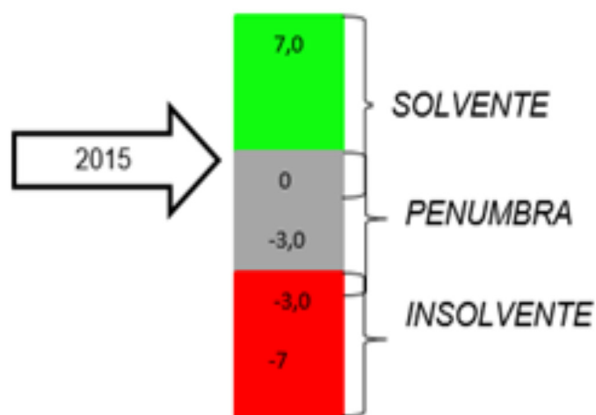
Tabela 8 - Termômetro de Kanitz 2015

Análise estatística dos índices do ano de 2014
$K = 0,05(19,55) + 1,65(2,37) + 3,55(2,42) - 1,06(3,72) - 0,33(32,60)$
$K = 0,55$

Fonte: dados da pesquisa.

A empresa, no ano de 2015, ainda se encontra em uma situação de solvência. Verifica-se uma pequena diminuição na sua pontuação em relação ao ano anterior, e uma variação de 1,5 pontos ao comparar com o ano de 2013. Demonstra-se que a empresa vem diminuindo sua capacidade de liquidação de dívidas ao longo dos anos analisados.

Figura 3 - Termômetro de Kanitz



Fonte: adaptada pelos autores.

CONCLUSÃO

Através dos dados obtidos pela análise das demonstrações contábeis cedidas pela empresa X em estudo, tornou-se possível compreender de forma mais ampla a real situação da empresa em relação a suas obrigações em vigor e sua situação de solvência ou insolvência.

Foram realizadas diversas análises, sempre buscando classificar a situação de solvência ou insolvência da empresa em estudo nos períodos analisados. Ao examinar os resultados das análises, é de suma importância considerar o conjunto da situação em que está inserida a empresa estudada. Desse modo, os resultados adquiridos em todas as análises serão objetivos e mais sensatos em relação à situação.

Ao analisar estatisticamente os cinco índices, índice de retorno de capital próprio, índice de liquidez geral, índice de liquidez seca, índice de liquidez corrente e o índice de participação de capital de terceiros, encontramos a pontuação obtida em cada período analisado. No ano de 2013, a pontuação obtida foi de 2,05, o que classifica a empresa com uma situação de solvência. No ano de 2014, obteve-se a pontuação de 0,7, o que demonstra que, mesmo que a empresa ainda se classifique como solvente, é preciso analisar sua situação financeira para que não perca sua capacidade de honrar suas obrigações. Essa

queda na pontuação da empresa está totalmente ligada ao aumento do Índice de participação de capital de terceiros no ano de 2014, que teve um aumento de 4,81% na participação de capital externo nessa organização. Da mesma forma, em 2015, a pontuação obtida foi 0,55, demonstrando que a empresa vem perdendo sua capacidade de pagamento das obrigações ao longo do período em análise. Como no ano anterior, houve um aumento na participação do capital externo.

As informações obtidas através da análise de insolvência de uma empresa são de grande relevância para a organização, pois são dados seguros e concretos que proporcionam uma visão geral do desempenho da entidade, que podem auxiliar na tomada de decisões mais acertadas para a empresa, por considerar sua situação financeira real, além de detectar, por exemplo, a perda de sua capacidade de pagamento, como a organização estudada neste trabalho. Através das análises, e aplicando a técnica de Kanitz, foi detectada uma perda no seu poder de cumprir suas obrigações, revelando também um aumento na dependência de capital externo para custear suas operações, o que significa um aumento do endividamento da empresa. Tal trabalho foi realizado com o objetivo de ressaltar a importância da utilização dos índices de sua análise como suporte na tomada de decisões. No caso desta pesquisa, foram utilizados o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.

Assim com todas as informações obtidas através da análise realizada nesta pesquisa, podemos concluir que a empresa, nos períodos estudados, apresenta uma situação de solvência, ou seja, tem a capacidade de cumprir suas obrigações. No entanto, observa-se que, ao longo do período em análise, a empresa vai perdendo a capacidade de pagamento e tornando-se mais dependente de capital de terceiros para financiar suas atividades. Por isso, é necessária uma mudança para que a empresa não se encontre futuramente em uma situação de insolvência.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1981
- ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BEUREN, Ilse Maria, LONGARAY, André Andrade. Caracterização da pesquisa e contabilidade. São Paulo: Atlas, 2003.
- BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 30 mar. 2016.
- BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 30 mar. 2016.
- CERVO, Amado Luiz. Metodologia científica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: s/d (a) 7-18. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/index.php>>. Acesso em: 30 mar. 2016.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GITMAN, L. J. Princípios de Administração Financeira. Tradução Técnica Antônio Zoratto Sanvicente. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.
- HOJI, Masakazu. Administração Financeira e orçamentária. 11. ed. São Paulo: Atlas. 2014.
- HOJI, Masakazu. Administração Financeira: uma abordagem prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- IUDÍCIBUS, Sergio, Contabilidade Introdutória. 9. ed. São Paulo: Atlas. 1998.
- IUDÍCIBUS, Sergio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações. FIECAFI, Ed. Atlas, 2010.
- elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- KANITZ, Stephen Charles. Como prever falências de empresas. Revista Exame, São Paulo: Abril, dez. 1974. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/61123852/EXAME-ComoPreverFalencia-Empresa-Kanitz>> Acesso em: 13 maio 2016
- KANITZ, Stephen Charles. Como prever falências. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- MATARAZZO, Dante. Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.